



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

REPRODUÇÃO DA VIDA NA PANDEMIA: A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
URBANOS EM CAMPINA GRANDE-PB

Davidson Matheus Félix Pereira (Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP) -
davidsonacrata@outlook.com

É graduado em Geografia pela UFCG, Mestre em Geografia pela UFPB e doutorando em Geografia pela UNICAMP.

A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM CAMPINA GRANDE-PB:

A luta pela reprodução da vida dos trabalhadores na cidade

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, a Geografia brasileira vem tentando desenvolver uma análise cientificamente mais autônoma dos movimentos sociais urbanos. Evidenciando a emergência do tema sobretudo, a partir dos eventos históricos recentes, como o processo de redemocratização, neoliberalização, e de aprofundamento das crises econômicas e políticas. Nesse contexto, a política do território tem sido redefinida em função dos interesses das classes e grupos dominantes. Malgrado esse processo, a pandemia do “nova corona vírus” veio a contribuir para o agravamento de todas as contradições socioespaciais que já estruturavam o espaço geográfico brasileiro e consequentemente o espaço urbano. Um espaço produzido desigualmente e que condiciona a vida dos trabalhadores urbanos a lógica da mercantilização do espaço e da vida e da negação das condições de reprodução da vida material.

Contudo, essas mesmas contradições impeliram de forma dialética a necessidade de uma maior organização e, a emergência de um movimento solidário entre as classes oprimidas, dominadas e exploradas, nas cidades. Não poderia ser de outro modo, apesar do movimento de valorização constante do capital se impor sobre os trabalhadores e seu espaço, esses por sua vez, necessariamente precisam resistir em determinado ponto para poderem sobreviver e viver.

Disso podemos observar o desenvolvimento de várias espacialidades envoltas na solidariedade e entendimento de projetos coletivos, face ao avanço da perda de direitos e da perda de espaço durante a pandemia. Esse presente estudo, pretende a partir de uma breve análise sobre as teorias acerca dos movimentos sociais na Geografia, pôr em evidencia os processos de luta pelo espaço que tem envolvido o espaço urbano do Município de Campina Grande-PB¹ antes e durante a pandemia.

2. MATERIAIS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa teve um caráter qualitativo, valendo-se tanto de uma revisão bibliográfica e análise documental. Quanto de dados empíricos, obtidos em campo dessa maneira, nos servimos de uma pesquisa exploratória descritiva combinada (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188), com o intuito de caracterizar e analisar de maneira crítica o recorte espacial estudado.

O nosso recorte de estudo está localizado na cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba, a cerca de 120 km da capital, João Pessoa. É considerada, segundo o estudo das Regiões de Influência das Cidades-REGIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), Capital Regional

¹ Campina Grande, é um município do interior paraibano, o mesmo município possui uma população estimada em 409.731 habitantes (IBGE, 2020), localizada no Brejo do estado da Paraíba, estado esse situado na região Nordeste do Brasil.

C. Campina Grande é um importante polo tecnológico do interior da região do Nordeste. Contendo também um comércio bastante polarizador na região, uma diferenciada rede de saúde e de ensino superior. Ao mesmo tempo é uma cidade, assim como a maior parte das cidades brasileiras, marcada por fortes contradições socioespaciais.

Assim, buscamos analisar a organização interna de cada movimento socioespacial que ocorreu na cidade durante a pandemia. Buscando caracterizar as condições estruturais que influíram nas demandas de cada movimento, bem como suas estratégias e táticas de ação. Por fim, analisamos de que modo cada movimento modificou o espaço urbano da cidade, ou as relações socioespaciais.

3. O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NA GEOGRAFIA

Os movimentos sociais urbanos vem sendo objeto de várias análises, nas diversas ciências sociais e humanas. Na década de 1970-1980 a forte presença de movimentos ligados às demandas urbanas, era de modo geral analisado pelas teorias neomarxistas que colocavam em evidência as contradições urbanas no mesmo nível de análise das questões ditas primárias, ou "estruturais". Nesse mesmo arcabouço teórico, privilegiou-se também a dinâmica do cotidiano no urbano. E como metodologia, observasse a predominância de pesquisas empíricas, de cunho participantes, ou militantes. (GOHN, 2018, p.9)

A maior parte dos estudos estavam voltados à sociologia urbana, entre outras disciplinas correlatas. Apenas a partir dos anos 1983, a Geografia passará a tratar dessa problemática. Podemos citar como trabalhos pioneiros acerca dos Movimentos sociais urbanos: Júlia Adão BERNARDES (1983) Satie MIZUBUTI (1986), José Borzacchiello SILVA (1992), Arlete Moysés RODRIGUES (1988) e Marcelo José Lopes de SOUZA (1988), segundo PEDON, (2013, p. 81).

Nesses, podemos observar a contribuição da ciência geográfica para as análises da dimensão espacial dos movimentos sociais urbanos. Um ponto chave trazido por esses debates diz respeito a ideia de que: é no espaço e pelo espaço que se dá a experiência e a construção da identidade coletiva, ou consciência de classe. Permitem também constatar que a dimensão da luta de classes se dá enquanto disputa pela produção, usos e planejamento do espaço (PEDON, 2013, p. 80-117).

Após esse período, mudanças significativas na sociedade brasileira serão constadas. Entre os anos 1988 e 2003, nota-se um deslocamento dos movimentos sociais ligados a sociedade civil organizada para a participação política dos atores coletivos em canais institucionais e no espaço político (GOHN, 2018, p.13-14). Nesse período, as teorias marxistas perdem importância no debate acadêmico sobre os movimentos sociais, ao passo que se inicia um amplo debate sobre uma possível crise dos movimentos populares urbanos (GOHN, 2018, p.14). Na esteira da institucionalização das ações coletivas, observa-se o crescimento das ONGs sua legitimação por parte do Estado (GOHN, 2018, p.15). O que contribuiu entre outras coisas no arrefecimento das tensões sociais e por conseguinte do papel de alguns movimentos sociais.

Na Geografia os estudos voltaram-se cada vez mais para a dimensão dos movimentos agrários de luta pela terra (MARTIN, 1997); (PEDON, 2013);

(FERNANDES, 2012), bem como dos movimentos dos povos indígenas. “Atingidos por barragens”, etc. Por sua vez, os estudos voltados para os movimentos sociais urbanos, passam a privilegiar em maior parte as questões ligadas aos movimentos culturais, ocupação de espaços públicos, ou para a dimensão do direito a cidade.

Por conseguinte, a partir dos anos 2010 o ativismo ganha centralidade na luta política, a indignação com relação a luta institucional renova o pensamento no seio dos movimentos sociais. A crise econômica engrossa o descontentamento e a impossibilidade do Estado capitalista em resolver as contradições. O autonomismo desempenha um papel central na organização dos diferentes movimentos sociais, assim como esses movimentos passam a reintroduzir as pautas e ideias das antigas utopias libertárias, socialistas e anarquistas.

Desse modo, é disseminada uma crítica ao Estado capitalista e a organização hierárquica da sociedade, por meio do Estado e do mercado. Essa crítica também se apresenta na organização interna desses movimentos, que se opõem decisivamente a ligação partidária. Ao mesmo tempo, nesse período, observasse a ascendência de grupos “movimentalistas”, ligados à pautas conservadoras e neoliberais, que da mesma forma que os atores coletivos de cunho autonomista, também passam a utilizar amplamente as táticas de protestos e manifestações nas ruas, bem como, a organização em redes sociais. Contudo, esses últimos miram em geral, ocupar cargos de poder e disseminar ideias de contraponto aos direitos civis (GOHN, 2018).

A partir desses argumentos, faço uma intervenção, que acredito ser necessária. Me inclino a pensar que, apesar de o debate trazido pelas teorias críticas ter permitido a inserção de novas tendências socialistas mais radicais, a forma como se deram essas as lutas não permitiram uma organização multiescalar e em rede, desde a cidade ao campo, desde o lugar ao nacional e global. Nem mesmo observou-se uma articulação entre movimentos que lutavam por demandas mais ou menos comuns. Apesar do tom mais radicalizado, penso que a prática não pôde acompanhar as novas demandas e proposições organizacionais.

Obviamente, essa questão é muito mais complexa do que a apresentada nesse argumento, contudo, posso mencionar algumas hipóteses que explicariam as razões pelas quais essa articulação dos movimentos sociais não pôde se dar, como: **a) A dinâmica institucional**, como a pressão e cooptação institucional (seja de algumas ONGs, instituições religiosas, seja do Estado, ou mesmo das empresas), exacerbação da truculência policial do encarceramento. **b) Contradições internas aos movimentos**, como disputa entre tendências partidaristas em contraponto à tendências apartidárias, tendências mais ou menos radicalizadas em contraponto a tendências mais ou menos reformistas. Todos esses elementos associados a **c) Uma ausência de projeto de classe** que englobasse todas as frações de trabalhadores, associada a emergência de articular com as diversas dominações e opressões que estruturam o Brasil, impediram uma radicalização mais pujante, mesmo em meio a um contexto de maior abertura para propostas políticas anticapitalistas e anti-estatistas. Por fim, **d) a configuração socioespacial e econômica do Brasil**, que historicamente segrega os espaços (centro-periferia) em todas as escalas (campo-cidade, urbana, regional, nacional) e inviabiliza a produção do espaço público e político, além da própria emergência do neoliberalismo em todas as esferas, desde o

trabalho, aos direitos e a cotidianidade. **e) Ascensão da ultradireita fascista neoliberal**, dado que esses grupos autoritários também contribuíram para um ambiente de confusão entre os diferentes movimentos, de culpabilização e de discordâncias com relação as táticas e estratégias de resistência e confrontação. Contribuindo para encobrir o fato de que a ascensão da ultradireita era o próprio resultado da luta de classes, um produto do capital e não dos movimentos.

Portanto, essas transformações no núcleo político e ideológico, bem como a crescente assunção do modo de regulação neoliberal tem redefinido vários processos socioespaciais nas cidades brasileiras. Tem-se observado, sem esforço algum, a perda de direitos da classe trabalhadora, o aumento do desemprego e da acumulação de capital, em contraposição à diminuição da seguridade social. Correspondendo ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras e os conflitos decorrentes dessas. Processos esses que se acentuaram de forma desmedida com a crise sanitária e seus desdobramentos políticos e econômicos. Pontuamos que as ciências sociais em geral ainda não possuem uma leitura precisa dos efeitos concretos dessa nova dinâmica, ainda menos dos efeitos da espacialidade dos novos processos sociais que decorrem dessa.

Isso nos coloca a questão: Se considerarmos a premissa de que onde há poder há resistência, ou seja, que a luta de classes sempre está presente, com o aumento dessas desigualdades socioespaciais há uma tendência de contraposição à ordem vigente que vem se pondo. As tendências históricas me levam a pensar numa possível emergência dos movimentos sociais urbanos no quadro sociopolítico nacional. Entretanto, e aqui não pretendemos resolver essa questão, não está claro que teorias e abordagens parecem mais adequadas para apreender esse fenômeno que vem se desenhando nas cidades brasileiras.

Daí a necessidade de nos voltarmos em primeiro lugar para o concreto, para os trabalhadores e as cidades e os campos, as casas e as florestas, as fábricas e as ruas onde estes trabalham, enfim, para os lócus de reprodução desses. Incorrendo em alguns riscos, podemos afirmar que os estudos empíricos tenderão a aumentar na Geografia, bem como ocorreram de forma pertinente nos anos 1980. Nesse caso, talvez as teorias devam ser outras, ou melhor, as teorias devam estar melhor alinhadas aos novos acontecimentos e, de forma dialética, devem buscar compreender o fenômeno socioespacial em sua totalidade.

4. AS TEORIAS GEOGRÁFICAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Os movimentos sociais são fenômenos socioespaciais resultantes de lutas sociais que se dão na vida cotidiana da sociedade de classes. Esses variam no tempo e no espaço, dependendo do contexto histórico, espacial e cultural o qual estão envolvidos (CASTILHO, 2002, p.34).

Nesse sentido, os movimentos sociais de caráter urbano, possuem uma especificidade escalar e histórica. De modo geral, suas demandas estão ligadas diretamente às carências e estrutura sociopolítica das cidades capitalista. Essa que via de regra se pauta no desenvolvimento desigual, ou seja, centralização de capital e concentração da riqueza em poucos espaços e mãos e da pobreza em toda a constelação espacial e por quase toda a população brasileira.

Se por um lado o capital busca se territorializar nas cidades, os movimentos sociais urbanos, emergem enquanto uma contraposição direta ou indireta, consciente ou inconsciente dessa territorialização, dado que a territorialização do capital implica no aprofundamento da divisão social do trabalho e na garantia da divisão em classes possuidoras e despossuídas dos meios de produção. Isso inclui, o acesso à terra, vias, infraestruturas e todos os meios de consumo coletivo (LENCIONE, 2007). O Estado é nesse contexto, um agente mediador da estrutura, é ele quem dá as condições que definem esses processos socioespaciais, seja a partir da regulação das relações sociais, seja através legitimação e garantia da propriedade privada (OLIVEIRA, 1982).

Portanto, ao falarmos em controle da propriedade por meio do capital, paralelo a regulação dessa relação social via por meio do Estado, estamos afirmando, por conseguinte que a política da cidade e o acesso ao seu espaço, é determinado via de regra, no sistema capitalista, pelas classes dominantes. Portanto, como afirma Neil Smith, a libertação política na cidade depende do e exige o acesso ao espaço (SMITH, 2000, p.137).

Considerando as contradições estruturantes da cidade capitalista (e brasileira), os movimentos sociais urbanos podem adquirir uma qualidade de **movimentos socioespaciais**, quando partem da escala urbana para adquirirem direitos que não se dão nessa escala (como os movimentos de liberação do aborto, de acesso ao ensino superior, etc.). Por sua vez, na medida em que as classes reivindicam o acesso ao espaço urbano, aos aparelhos, infraestruturas, funções sociais, que estão situadas na cidade podemos considera-los como **movimentos socioterritoriais**. Socioterritoriais, pois, na medida em que se requer seja por meio de uma ocupação de terreno, ou casa, seja por uma luta por creche, ou escolas nos bairros, esses movimentos engendram uma relação de poder na cidade, e ao mesmo tempo garantem sua existência e reprodução no espaço urbano.

Portanto, o movimento socioterritorial, se define enquanto uma organização capaz de introduzir novas formas de apropriação e uso do território, com o objetivo de instituir uma nova territorialidade (PEDON, 2013, p.186). No que tange ao urbano, onde as condições de inserção dos trabalhadores nas relações sociais, são assimétricas e em vários níveis excludentes, um direito conquistado por grupos subalternizados, explorados, ou dominados é em suma, correspondente a uma nova forma de viver, a uma nova territorialidade.

Nesse sentido, um **movimento social urbano** pode adquirir um caráter socioterritorial na medida em que se estabelece um determinado uso do espaço para um determinado fim coletivo, como uma ocupação. A organização do espaço e a realização de determinadas práticas espaciais, desemborcem em uma territorialização, mesmo nesses espaços localizados, agindo enquanto uma condição para que os trabalhadores e trabalhadoras observem as carências em comum e na apropriação coletiva de um determinado espaço, uma solução, ou paliativo para essas mesmas carências.

Em outros termos, "o espaço torna-se trunfo ao tornar-se território", na medida em que ao se criar uma territorialidade, é estabelecido um conjunto de valores, ideias e vontades ligados intimamente a esse espaço, influenciando na criação e recriação das experiências de luta e resistência e, portanto, das relações sociais (PEDON, 2013, p.187).

Sob o mesmo ponto de vista, os movimentos socioterritoriais tendem a aparecer em momentos de exacerbação dos conflitos sociais, especialmente em

períodos de crises cíclicas do capital. Assim, no contexto em que o Estado busca conter os conflitos entre o capital e o trabalho, encontra um contraponto histórico na ação direta. Essa é utilizada enquanto ferramenta política na construção de novos espaços e territórios de resistência e transformação da realidade e define-se enquanto uma forma específica de ação política na qual os sujeitos sociais envolvidos na busca de um objetivo buscaram-nos a partir de suas próprias condições, sem uma intervenção de outros, sejam instituições, órgãos, empresas e etc. (SPARROW, 2009 p.11). Essa também carrega em si um conteúdo contestatório da ordem vigente, em função de seu caráter autônomo e transformador e anti-institucional (na medida que contrapõe determinada instituição de poder coercitiva).

A forma de organização dos movimentos sociais pode variar, desde uma organização institucional, até a autogestão que pode ser entendida enquanto uma organização coletiva de sujeitos com princípios e objetivos em comum, articulada de forma livre, sem exploração, nem mediação estatal, ou do capital (SILVEIRA, 2012).

Desse modo, a ação direta enquanto uma forma de ação política e econômica e a autogestão enquanto forma de organização, são dimensões específicas das práticas espaciais dos movimentos sociais. É possível que um movimento social urbano se organize a partir da autogestão sem realizar uma ação direta, embora, em geral a autogestão leve ao aumento (ao menos relativo) do controle das classes hegemônicas sobre suas próprias condições, sem mediação do capital e do Estado.

Contudo, o que torna a ação direta uma prática ainda mais radical, é o fato de que ela necessariamente possui o efeito imediato sobre o tecido das relações de poder, tendo como finalidade o exercício do poder das classes dominadas e grupos hegemônicos e o controle sobre a vida desses. (SPARROW, 2009).

Assim, buscamos analisar a organização interna de cada movimento socioespacial que ocorreu na cidade durante a pandemia. Buscando caracterizar as condições estruturais que influíram nas demandas de cada movimento, bem como suas estratégias e táticas de ação. Por fim, analisamos de que modo cada movimento modificou o espaço e suas relações socioespaciais.

5. OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM CAMPINA GRANDE: AÇÃO DIRETA COMO ESTRATÉGIA DE LUTA PELA VIDA E PELO ESPAÇO

5.1. O Movimento Ajuda Mútua e a Ocupação da Feira Sudoeste

A feira sudoeste tem seu início no mês de agosto de 2017 por iniciativa da ONG - Movimento Ajuda Mútua (MAM), após aprovada em junho do mesmo ano a sua regulamentação, no projeto de lei de Nº 393/2017 da câmara municipal. Esse projeto previu a concessão do uso da área pública para fins de comercialização de produtos próprios de feira livre. E instituiu a fiscalização por parte da SESUMA². (PEREIRA, 2018).

Esse espaço é construído em um novo conjunto habitacional, chamado Acácio Figueiredo, localizado na zona sul, na periferia da cidade. Esse conjunto

² Secretaria de Serviços Urbanos e de Meio Ambiente.

habitacional, caracteriza-se por abrigar uma grande parcela de trabalhadores pauperizados.

Poder-se-ia indagar se de fato presenciamos um processo de territorialização, visto que como foi dito o território não tinha uso aparente. A resposta parte em primeiro lugar da colocação de nossa concepção de território e para isso nos emprestamos do termo “campo de força” (SOUZA, 2017, p.40), o território é em primeira análise um receptáculo das relações de poder que delimitam um determinado espaço, assim como seus usos. E, portanto, a auto instituição e delimitação de seu uso, confere aos seus detentores poder em detrimento de outros usos e outras delimitações. Nesse contexto a Feira Sudoeste é o resultado da produção do espaço em função de facultações e exigências territorializantes.

A luta pela territorialização nesse âmbito continuou em outras roupagens, pois houve investidas de políticos da situação e aliados para tomarem a feira, não no aspecto material desse território, de delimitarem os usos, mas sim de transformarem o imaginário, ou melhor dizendo, o significado, em vez de uma feira fruto de uma luta coletiva, seria uma feira resultante da “boa vontade dos políticos”.

Muitos embates se deram durante o período em que a Feira recebia um grande fluxo de trabalhadores, consumidores e visitantes. Até o final de 2017 haviam cerca de 210 bancas na feira, que vendiam diversos produtos. Contudo, esse quadro vai mudar, bem como o interesse dos políticos para com o espaço, com a introdução dos transportes por aplicativos na cidade em 2017, bem como, a estruturação do espaço circundante, há uma desestruturação da feira, que passa a ter cerca de 30 feirantes trabalhando em 2018 (PEREIRA, 2018).

Esse desinteresse do poder político partidário, vai se transformar rapidamente em um interesse por desapropriar os feirantes, muito provavelmente por se aproveitarem dos poucos feirantes e da relativa e mesmo aparente desorganização dos trabalhadores que restaram nesse espaço. Em maio de 2020, com o início da pandemia, houve um processo de retirada dos feirantes por parte da prefeitura do município. No processo de remoção, uma criança foi atingida por um dos veículos dirigido por um trabalhador que realizava a ação³. Com a revolta dos feirantes, da comunidade local e de certos setores da mídia da cidade, a Prefeitura foi obrigada a reorientar ação.

A pressão por parte dos feirantes aumentou cada vez mais, uma vez que novos processos de ocupação se deram por parte de novos trabalhadores e feirantes no local, desempregados pelos efeitos econômicos da pandemia. Cedendo à essas exigências, a Prefeitura dá início a um projeto de infra estruturação, com banheiros (antes inexistentes), sede da feira, etc., expandindo consideravelmente o número de comerciantes no local.

É necessário enfatizar que a Feira Sudoeste parte de um processo de territorialização de um espaço que em desuso, passa a se tornar público no momento que se dá uso pelos feirantes. A organização foi um fator preponderante para a territorialização desses feirantes, visto que sem o regimento da feira, não haveria a concessão do terreno por parte da prefeitura.

³ Segundo relatos de mídias independentes e do presidente da ONG MAM, Francisco de Assis Cordeiro da Silva, 21/05/2020.

Sendo assim, apesar da criação da Feira Sudoeste ter se iniciado em 2017, é em 2020 que há uma tentativa de remoção, ou seja, um novo movimento social nasce da pressão por parte das classes dirigentes e por parte da própria crise econômica e sanitária. Assim, dados todos os elementos apresentados, estou convencido que criação da Feira foi eminentemente uma prática de ação direta, realizada pelos próprios moradores do Acácio Figueiredo.

Podemos observar que a autogestão no início da estruturação da feira e a resistência contínua de um núcleo organizado dos feirantes, foi imprescindível para obter um resultado político satisfatório para os feirantes e comunidade local. Contudo, com a formalização via município, a organização do espaço da feira passou a ser subsumida pela organização do poder público municipal, em parte descaracterizando a feira, embora resultando em ganhos para esses trabalhadores. Ganhos esses que dizem respeito ao direito e condições de reprodução de suas existências.

Com relação a espacialidade, a prática espacial principal decorrente desse processo socioespacial se deu em função da ocupação de um terreno público. Esse, por sua vez, deu início a um processo de diferenciação socioespacial na periferia a partir da inserção de outras relações socioeconômicas. Redefinindo os fluxos e os fixos, ou seja, a espacialidade do bairro. O que demonstra a força do movimento social urbano enquanto um agente histórico redefinidor da reprodução das relações sociais na cidade.

5.2 O movimento social de luta pela moradia: A Ocupação Pró-Moradia Luiz Gomes⁴

Segundo o discurso dominante, a cidade é produzida apenas pelo Estado e os agentes capitalistas, sendo assim, os outros agentes, “não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas” (RODRIGUES, 2007, p. 75). Nessa ótica distorcida e ideológica, a segregação é entendida como uma consequência dos próprios grupos excluídos do circuito do capital e não da forma política e jurídica do Estado capitalista, que impõe uma lógica de monopólio por parte das classes dominantes dos meios coletivos de (re)produção.

Em uma ótica materialista, entendemos que a possibilidade reprodução da classe trabalhadora (reprodução da existência material) no capitalismo, é determinada pelo seu poder de compra. Nesse sentido, é o Estado que determina o quanto o trabalhador médio necessita para sua sobrevivência, a partir da definição do salário mínimo (RODRIGUES, 2007).

Nesse contexto, o preço e a renda do solo urbano, são determinados pelas forças do mercado imobiliário, tornando inviável para uma grande parte das classes populares a compra da casa, ou pagamento do aluguel. Evidencia-se dessa maneira, uma contradição entre o poder de compra, determinado arbitrariamente ao trabalhador – pelo Estado e pelas forças do mercado – e a possibilidade concreta de compra e de realização de suas necessidades.

Destarte, os grupos dominados e subalternizados – aqueles não atendidos pelo Estado e principalmente aqueles excluídos das relações de

⁴ Parte dos argumentos contidos nesse item foram publicados em nosso trabalho anterior: PEREIRA et al (2021).

trabalho capitalistas –, são compelidos a buscarem as condições de reprodução da existência material com “suas próprias mãos”, através da produção de favelas, da autoconstrução em loteamentos não-regulado pelo Estado, ocupações coletivas e etc. Esses grupos sociais oprimidos e despossuídos, estabelecem a produção de seus próprios valores de uso, mesmo que de forma precarizada. Dessa forma, a produção autônoma da moradia por parte desses grupos, representa “na ótica do capitalismo e do Estado capitalista”, a ilegalidade urbanística e jurídica (RODRIGUES, 2007, p. 76-7).

Contextualizando essas determinações para o tempo presente, na pandemia, a questão da moradia foi colocada no centro das necessidades de uma parcela enorme da população trabalhadora brasileira. Com a crise econômica e a impossibilidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras pagarem seus aluguéis, a realidade se impôs⁵. O aumento da favelização no Brasil, têm sido cada vez mais eminente. Esse fenômeno vem ocorrendo em Campina Grande, com uma nova ocupação no bairro do Cruzeiro, a Ocupação Pró-Moradia Luiz Gomes. Essa ocupação foi iniciada no mês de maio de 2020, onde alguns moradores, advindos de bairros próximos, e de outras comunidades, se organizaram para decidirem onde iriam ocupar, nesse caso, um terreno da PMCG (Prefeitura Municipal de Campina Grande).

A partir da ocupação inicial, com cerca de 15 à 30 moradores, se deu subsequentemente um processo de ocupação espontânea, onde outras 150 famílias também se associaram a iniciativa (totalizando 180 moradias). No entanto, apenas uma parte dos moradores passou a residir de forma permanente no local, no mês de outubro de 2020, apenas 24 famílias ocupavam de maneira constante. Atualmente, o local da ocupação se caracteriza por se dá em terras públicas. A infraestrutura do local é nula (Figura 4), não há água, nem luz, muito menos rede de esgoto.

Alguns banheiros improvisados foram feitos pelos próprios moradores, no entanto, nem todos os moradores possuem acesso fácil aos banheiros. Muitos deles, são obrigados a fazerem suas necessidades fisiológicas em sacolas ou baldes, que são despejados no canal ao lado. Os mesmos relatam a presença constante de insetos nas moradias e a ocorrência de doenças entre as crianças e recém-nascidos, como pneumonia e hanseníase. Esse é um dos fatores para muitas das famílias terem abandonado a ocupação, ou não terem condições para ocuparem de maneira contínua. As famílias restantes, permanecem por não terem alternativa alguma e/ou, por acreditarem no potencial de transformação social do movimento.

As ocupações, são, portanto, processos socioespaciais definidos pelos grupos não hegemônicos, despossuídos. Esses, por não possuírem capital, se encontram excluídos do mercado da moradia, ou seja, precisam, com suas próprias mãos criarem um valor de uso imprescindível para a reprodução de suas vidas, a sua casa. No entanto, quando analisamos essa produção autônoma da moradia em sua forma social real, isto é, dentro dos marcos da não-propriedade, consideramos não apenas legítimo, mas também, uma norma mais ou menos aceita socialmente nos marcos da produção do espaço urbano brasileiro. Como

⁵ LABCIDADE. Remoções aumentam durante a pandemia na Grande São Paulo, São Paulo. 23 de julho de 2020. <http://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-aumentam-durante-a-pandemia-despejozero/> Acessado em: 06/10/2021.

bem analisa Francisco de Oliveira, o território brasileiro se constituiu fora dos limites da propriedade privada da terra e, conseqüentemente, a urbanização brasileira se deu também como uma exceção à regra liberal (OLIVEIRA, 2013, p. 11).

Pudemos identificar que na ocupação a prática de ação direta se deu de maneira mais evidente se comparada aos outros 2 movimentos sociais que estudamos, principalmente pelo planejamento prévio e organização autônoma desse pequeno grupo de sem-teto. Essa organização foi determinante para a consolidação do processo de ocupação, mas também na construção de algumas infraestruturas precárias, mas que foram imprescindíveis para a manutenção da mesma. Dos três ativismos urbanos encontrados durante a pandemia, esse foi o que representou uma resposta mais urgente as implicações da pandemia. Dado que o teto é o bem mais importante para a reprodução do trabalhador na cidade.

Podemos dizer que a coletivização se deu por um lado, na medida em que os moradores tiveram acesso a posse da terra, por outro, os mesmos não obtiveram a propriedade da terra. Além do mais, apesar de terem abrigo, não tiveram acesso a moradia (em seu aspecto amplo).

5.3 O Movimento de Luta Contra a Fome: A Ocupação da Cozinha Comunitária no Bairro Jeremias

Esse movimento social de bairro, forma-se a partir de uma articulação entre várias entidades políticas, universitárias, partidárias etc.⁶ A pauta inicial se deu com o pedido de reabertura das cozinhas comunitárias, que foram fechadas em 2013 na gestão do então prefeito Romero Rodrigues (PSDB). No total eram 9 cozinhas comunitárias e 2 restaurantes populares (AIRES, 2021).

As entidades da sociedade civil organizada, propuseram aos moradores do bairro Jeremias, na zona norte de Campina Grande, a reabertura da cozinha comunitária existente nesse espaço, fechada no ano de 2013 (AIRES, 2021). No primeiro semestre do ano de 2021 a cozinha comunitária foi ocupada pelo movimento. Passando a fornecer um jantar por dia. Além de uma refeição diária entre segunda e sábado. No domingo, as famílias recebiam um kit para cozinhar em casa (ALVES, 2021).

A partir disso, criou-se um comitê contra a fome, contando com 20 cozinheiras da comunidade do Jeremias (ALVES, 2021). O custeio se deu por meio das várias entidades que compunham o comitê contra fome, mas sobretudo a partir da ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). Com a maior parte dos alimentos sendo compradas e fornecidas por assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), da agricultura familiar e comunidades quilombolas (AIRES, 2021). Essa articulação entre várias entidades com outros movimentos, demonstra a forma com a qual é possível a coordenação conjunta para um determinado fim entre movimentos de diferentes escalas geográficas e bandeiras diferentes.

Malgrado a criação de uma relativa solidariedade orgânica, criada entre as diferentes entidades e a comunidade, a ocupação foi alvo da reação de

⁶ As entidades que participam do Comitê são: Adufcg, Adupeb, Sintef-pb, Sintab, MST, MAB, CEBI, Levante Popular da Juventude, Correnteza, MLB, ANDES, CSP, PJR, DCE/ UFCG e os mandatos de Jô Oliveira (PCdoB), Anderson Pila (PODE) (ALVES, 2021).

apoiadores do atual prefeito Bruno Cunha Lima (PSDB), que retiraram todas as faixas colocadas pelo movimento no local (AIRES, 2021). Demonstrando como a luta de classes se dá em todas as escalas e em todos os espaços sociais e políticos.

Desse modo podemos dizer que a ocupação foi uma prática de ação direta, embora, o planejamento não tenha se dado a partir de uma organização dos próprios sujeitos. Mas sim de uma articulação com os mesmos a partir de outros movimentos. Do ponto de vista da organização, essa se deu a partir de uma relativa autogestão e ocupação do espaço, com o apoio de vários movimentos e uma relativa coordenação das ações de outras entidades.

Esse movimento respondeu a necessidade candente da subsistência dos trabalhadores e trabalhadoras do bairro. Contudo, não partiu diretamente dos próprios trabalhadores, mas sim, buscou responder a anseios latentes. A prática espacial principal se deu através da ocupação de um equipamento público, redefinindo os fluxos do bairro, com a diminuição da necessidade de trajeto ao centro, o que proporcionou um novo valor de uso coletivo a um espaço ocioso.

Como resultado teve-se uma sociabilização e criação de uma nova territorialidade no bairro, na medida que o uso do espaço e da infraestrutura passou a ser utilizado pelos moradores, por outro lado, essa configuração ainda é bastante dependente de agentes externos e ainda reivindica a intervenção do estado, o que ainda não aconteceu.

6. CONCLUSÕES

Apesar desses movimentos estarem pautados em reivindicações de certo modo pontuais, do ponto de vista das repercussões na estrutura de opressão e exploração do Estado e Mercado. Também demonstram a capacidade de mobilização de frações de classe dominadas na cidade, apontando para uma redefinição do horizonte de luta. Ao mesmo tempo, em alguma medida também pressionam o Estado capitalista, ou mesmo contestam alguns princípios fundantes do papel dessa estrutura de organização e controle da sociedade de classes, de forma consciente ou inconsciente. Ao mesmo tempo, esses movimentos sociais urbanos localizados, se integram a demandas mais gerais por trabalho (renda), moradia, e alimentação, que estão na ordem da agenda das classes populares atualmente, principalmente após a pandemia.

Também podemos dizer que os movimentos sociais urbanos em Campina Grande, apesar de sua escala localizada, vêm contribuindo para uma reorientação da geografia urbana da cidade, dado o fato de redefinirem a política do espaço, reorganizando o espaço a partir de uma lógica que subverte a total subordinação dos trabalhadores periféricos e sem-teto. Também demonstra que as demandas são bastante variadas, não se restringindo apenas a dimensão da moradia, mas também da alimentação e do trabalho sobretudo nesse período de exacerbação das carências. Carências essas produzidas por uma questão marcadamente classista.

Sabemos que a cidade de Campina Grande, assim como várias cidades no Brasil, possui terrenos e moradias ociosos, do mesmo modo, sabemos que as condições materiais permitiriam uma rápida redistribuição de renda, malgrado a acumulação de capital e a política estatal existente não funcionassem como

estruturas de exacerbação das desigualdades. Do mesmo modo, as condições materiais existentes na sociedade brasileira, permitiriam o aumento nos postos de trabalho, não fosse a concentração de capitais, que se tornou ainda mais pujante durante a pandemia.

No entanto, todas essas contradições devem ser colocadas à evidência do momento histórico, a partir de suas particularidades. Todos esses movimentos sociais urbanos demonstram também a ineficácia do Estado capitalista em prover as condições de reprodução da vida cotidiana das classes trabalhadoras mais pauperizadas. Em primeiro lugar, as ocupações de moradia demonstram uma precarização tanto da moradia para os trabalhadores, quanto uma precarização no sentido de os mesmos terem que, durante uma pandemia, ocuparem e construir abrigos precários, correndo todos os riscos impostos pela pandemia. Quando uma política de impedimento do desalojamento, ou uma política de aluguel social poderia ter sido colocada em voga.

Em segundo lugar, os trabalhadores feirantes, não deveriam nem ter sido removidos para reapropriação do terreno pela Prefeitura, nem mesmo deveriam precisar trabalhar em meio a pandemia, caso tivesse havido uma política assistencial adequada durante a pandemia. Em terceiro lugar, os ocupantes da cozinha comunitária, não precisariam correr os mesmos riscos já mencionados, caso o poder local não tivesse desarticulado toda a política de assistência oferecida pelas cozinhas comunitárias. Desse modo, todas as lutas se fizeram necessárias, mesmo em meio ao risco, por uma imposição da própria geografia econômica e política dos recursos, tanto na escala do poder local, quanto federal.

Em síntese, acredito que esse estudo, pode ter vindo a contribuir para refletirmos sobre a necessidade de recolocarmos as análises da Geografia dos movimentos sociais frente aos novos acontecimentos históricos. Apesar da impossibilidade de uma maior teorização, observamos que essas lutas sociais tem passado por transformações precisas, que requerem uma melhor delimitação e tratamento teórico. Esse, deve se dar a partir de um aparato conceitual e de uma postura política e de método, voltada para a análise da totalidade socioespacial e com as necessidades da classe trabalhadora brasileira.

7.REFERÊNCIAS

AIRES, J. L.Q. **Movimentos sociais ocupam e reabrem cozinha comunitária em Campina Grande.** Esquerda Online (Jornal eletrônico, Mídia independente), publicado em 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/04/21/comite-contra-a-fome-cozinha-comunitaria-jeremias-campina-grande-pb/>, Acessado em: 07/07/2021.

ALVES, C. **Cozinheiras fazem protesto pela reabertura das Cozinhas Comunitárias em CG.** Brasil de Fato Paraíba (Jornal eletrônico), publicado em 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/04/27/cozinheiras-fazem-protesto-pela-reabertura-das-cozinhas-comunitarias-em-cg>, Acessado em: 07/07/2021.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de Castilho. **Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania.** *Revista de Geografia*, Recife, v. 19, n. 2, p. 29-61, jul/dez. 2002.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** *Revista NERA – ano 8, N. 6 – janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755*, 2012.

GOHN, M. **Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970-2018.** *Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 14 | Set-Dez/2018*

LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional.** *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>> [ISSN: 1138-9788]

MANIFESTAÇÃO. **Comitê Sindical e Popular Contra Fome realiza ato em frente ao Gabinete do Prefeito e cobra diálogo para reabertura das Cozinhas Comunitárias.** Gabinete Paraíba (Jornal eletrônico), publicado em 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://gabineteparaiba.com/2021/04/27/manifestacao-comite-sindical-e-popular-contra-fome-realiza-ato-em-frente-ao-gabinete-do-prefeito-e-cobra-dialogo-para-reabertura-das-cozinhas-comunitarias/>

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Ed. Atlas 5ª ed., São Paulo, 2003.

MARTIN, Jean-Yves. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais.** *Caderno Prudentino de Geografia*. N° 19/20, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil.** *Revista Estudos e Debates*, 6. 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entrevista Francisco de Oliveira.** In: BARROS, J.; DUARTE, L.; SILVA, E.B. (Orgs). *Caderno de debates 2. Cidades e conflitos: o urbano na produção do Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: FASE, 2013. Disponível em: https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais. Dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** Editora UNESP, São Paulo, 2013.

PEREIRA, D.M.F. ATTEM, G. M. SOUSA, R. F. **A questão da moradia antes e durante a pandemia: uma análise do processo de ocupação em comunidades dos bairros cruzeiro e jardim paulistano, em Campina Grande-PB (1985-2020).**

Ciência se faz com pesquisa!... Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 98-114. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74024>.

PEREIRA, D.M.F. **A Feira Sudoeste e o circuito inferior da economia urbana no Bairro três Irmãs, Campina Grande-Pb.** Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, CH. Campina Grande, 2018.

RODRIGUES, Arlete, M. **Desigualdades Socioespaciais- A Luta Pelo Direito à Cidade.** Cidades, v. 4, n.6, 2007, p.73-88.

SILVEIRA, Renata Ferreira da. **Autogestão e geografia: os territórios no viés das resistências.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

SMITH, Neil. **Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica,** In: O Espaço da Diferença, ARANTES, Antônio A. (org.) Campinas, Papirus, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Por uma Geografia Libertária.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPARROW, Rob. **Política Anarquista e Ação Direta.** São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009.